



I SEMINÁRIO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Desafios da Pós-Graduação em Educação
na articulação com a sociedade amazônica

GESTÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS MILITARIZADAS DO PECIM EM MANAUS: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS GESTORES

Laio Lopes

Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Manaus - E-mail: < laio.lopes@educacao.am.gov.br >

Roberto Sanches Mubarak Sobrinho

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)

Manaus - E-mail: < rsobrinho@uea.edu.br >

GT - GT1: Estado, Políticas Públicas, Gestão e Organização do Trabalho
Pedagógico

Introdução

Este resumo tem o propósito de pesquisar o processo de criação do Programa de Escolas Cívico-Militares (PECIM) no Amazonas, compreendendo as relações da gestão educacional civil no processo de militarização de escolas no estado e as implicações de um projeto neoconservador defendido pelo campo da extrema-direita no Amazonas.

O estudo escolheu três escolas localizadas em Manaus que adotaram o modelo do PECIM desde o início da implantação a nível nacional, engendrando mais subsídios de análise da implantação dos ditames do projeto. O processo de militarização das escolas no Amazonas se insere no programa nacional de escolas cívico-militares no governo Bolsonaro ampliando sua agenda neoconservadora.

No contexto neoliberal, o sucateamento da educação produziu um campo fértil para um conformismo do trabalhador de um estado deteriorado e de poucas motivações da classe política para satisfazer seus direitos sociais. A problematização deste estudo se baseia na análise de como as gestões educacionais vão aderindo as respostas da militarização das escolas como um conjunto de ações voltadas a solucionar questões complexas do cotidiano escolar.

Desenvolvimento

As condições neoconservadoras propostas pela militarização das escolas condicionam um conjunto de ideias reacionárias ao hall de políticas e práticas educacionais para atender problemas crônicos da realidade das políticas públicas





I SEMINÁRIO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Desafios da Pós-Graduação em Educação
na articulação com a sociedade amazônica

brasileiras. As políticas educacionais que promoveram a busca pela universalização das matrículas da Educação Básica sem o devido acompanhamento da qualidade na oferta de ensino geraram um ambiente propício para ideias contraditórias que atendem aos interesses da população e aos compromissos hegemônicos do capitalismo na sociedade (Flach, 2015). Os aportes teórico-metodológicos se fundamentam no materialismo histórico-dialético baseados nos conceitos do uso da militarização da educação como aparelho ideológico do estado (Althusser, 1985) e do papel do PECIM como construto hegemônico cultural do neoconservadorismo no Brasil (Gramsci, 2000).

Um dos pontos polêmicos que despertou a atenção desta pesquisa foi o valor de remuneração dos militares da reserva que atuam na escola. Conforme os dados do MEC, um oficial recebe de entre R\$ 8.343,00 e R\$9.152,00 reais pela atuação nas escolas, além do que ganha nas forças armadas (Câmara dos Deputados, 2023). A título de comparação, o piso salarial dos professores do magistério (Brasil, 2008), reajustado anualmente, em 2023, estabeleceu o valor de R\$ 4.420,55 para uma jornada de 40 horas semanais.

A disparidade de remuneração agudiza um complexo recrutamento de militares da reserva que não possuem formação acadêmica específica para atuarem em cargo de grande relevância no espaço escolar. A expectativa fomentada na presença de militares para aplicarem um modelo de gestão em áreas de vulnerabilidade social reforça estereótipos do autoritarismo disciplinar como solucionadora do público-alvo em questão. Esta sobreposição alimenta, no imaginário social, a exigência de instituições militares serem provedoras de supostas competências não correspondentes aos civis. Destarte, observa-se uma vocação dos militares em manifestar suas ideologias utilizando os aparelhos do Estado.

O aparelho (repressivo) do Estado funciona predominantemente através da repressão (inclusive a física) e secundariamente através da ideologia. (Não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também através da ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os “valores” por eles propostos (Althusser, 1985 p. 70).

Considerações finais

Este estudo observou uma aceitação dos gestores civis, a priori, no processo de militarização das suas escolas numa expectativa que fossem supridos recursos humanos e na obtenção de recursos próprios do PECIM. O sucateamento da





I SEMINÁRIO INTEGRADO DE PESQUISA E EXTENSÃO

Desafios da Pós-Graduação em Educação na articulação com a sociedade amazônica

educação pública oferta pela Rede de Ensino foi considerada em todas as narrativas dos gestores na justificativa de compreenderem que o Programa ofereceu uma condição organizacional melhor, ou menos precário, do que poderia ser esperado pela Secretaria de Educação.

Contudo, as divergências diante do modelo disciplinar militar no tratamento com os estudantes foram colocados como ponto crítico nas relações estabelecidas nas escolas. Os gestores se incomodavam com as abordagens inadequadas com alunos, considerando que tais atitudes eram decorrentes da falta de conhecimento pedagógico e de postura como educador. As distorções do PECIM geraram experiências singulares entre gestores civis e militares. Muitas contradições foram expostas pelos gestores civis, desde a desigualdade salarial entre gestores civis e militares, até o grau de exigência atribuída à função do gestor militar. Assim, pôde ser percebido que o PECIM é visto pelo trabalhador mediadas pelo conformismo e relutâncias conforme as circunstâncias apresentadas.

Palavras-chave: PECIM. Gestão Escolar. Militarização das escolas. Neoconservadorismo.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado:** nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. 9ª ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. **Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008.** Dispõe sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: L11738 (planalto.gov.br). Acesso em: 14 jun. 2023.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Representantes dos trabalhadores da educação defendem fim do programa cívico-militar nas escolas - Notícias - **Portal da Câmara dos Deputados**. Disponível em: (camara.leg.br). Acesso em: 15 jun. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere:** volume 3: Maquiavel. Notas sobre o estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

FLACH, Simone de Fátima. Ensino fundamental no Brasil: previsões legais e ações governamentais para a ampliação do atendimento, da duração e do tempo escolar. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 23, n. 88, p. 739–762, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362015000300009>. Acesso em: 14 jun. 2023.

